

Formação Profissional

Da formação profissional adquirida destaca:

“Programa para Top Management”, promovido pelo CEGE — Centro de Estudos de Gestão do Instituto Superior de Economia e Gestão, em Outubro de 1995.

Programa de Gestão para Dirigentes do Instituto de Informática, realizado em 1996.

“Programa INOVA — Investir em Novos Objectivos para a Valorização da Administração”, promovido pela Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, que decorreu de 22 de Fevereiro a 30 de Junho de 1999, com a duração de 92 horas.

“Gestão Estratégica”, promovido pelo INA, de 23 de Outubro a 3 de Dezembro de 2006.

“FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública”, que decorreu no INA, de 15 de Setembro a 12 de Dezembro de 2008, com a duração de 180 horas.

202860056

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho n.º 2407/2010

O processo de reestruturação da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), iniciou-se com a publicação do Decreto Regulamentar n.º 21/2009, de 4 de Setembro.

Ao abrigo do n.º 4 do artigo n.º 11 da Lei 53/2006, de 7 de Setembro, no decurso do processo de reestruturação dos serviços o trabalhador pode optar pela colocação em situação de mobilidade especial, desde que obtida a anuência do dirigente máximo do serviço.

Assim, nos termos do artigo 19.º da Lei 53/2006, de 7 de Dezembro, publica-se a lista nominativa, aprovada por despacho do Director-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, dos trabalhadores do mapa de pessoal da DGPRM que optaram pela colocação em mobilidade especial.

Lista nominativa do pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar que optou voluntariamente pela sua colocação em mobilidade especial, nos termos do n.º 4 do artigo 11.º da Lei 53/2006, de 7 de Setembro e do artigo 19.º da Lei 53/2006, de 7 de Setembro

Nome	Vínculo	Carreira	Categoria	Posição Remuneratória
Maria José Encarnação Águas	Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.	Assistente Técnico	Assistente Técnico	10.º Posição Remuneratória correspondente ao 15.º Nível Remuneratório da Tabela Remuneratória Única.
Anabela Alexandrino Fernandes Duarte Machado Correia Ribeiro.	Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.	Assistente Técnico	Assistente Técnico	Posição Remuneratória. Intermédia entre a 2.ª e a 3.ª, e entre o 7.º e o 8.º Nível Remuneratório da Tabela Remuneratória Única, correspondendo o montante pecuniário de € 817.01.

15 de Janeiro de 2010. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

202864982

Instituto de Acção Social das Forças Armadas

Declaração de rectificação n.º 223/2010

Após publicação com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 6 de Janeiro de 2010, de p. 334 a p. 335, do aviso n.º 186/2010, rectifica-se que onde se lê «2.º vogal: António Manuel Costa Maurício — enfermeiro especialista em saúde infantil e pediátrica da Maternidade Alfredo da Costa» deve ler-se «2.º vogal: José Henrique Lima dos Santos — enfermeiro especialista do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa» e onde se lê «1.º vogal: José Henrique Lima dos Santos — enfermeiro especialista do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa» deve ler-se «1.º vogal: António Manuel Costa Maurício — enfermeiro especialista em Saúde Infantil e Pediátrica da Maternidade Alfredo da Costa».

1 de Fevereiro de 2010. — O Chefe da Divisão de Recursos Humanos, *Fernando Manuel Caetano da Silva*.

202861522

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Autoridade Nacional de Protecção Civil

Despacho (extracto) n.º 2408/2010

Considerando a necessidade de assegurar o normal funcionamento da unidade orgânica prevista no artigo 18.º do Despacho do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil n.º 9390/2007, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 100, 2.ª série, de 24 de Maio, independentemente dos procedimentos concursais em curso, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, nomeio em comissão de serviço, em regime de substituição, para desempenhar as funções de Chefe do Núcleo de Apoio Técnico, da Autoridade Nacional de Protecção Civil, a licenciada Ana Isabel Oliveira de Freitas Lourenço

Martins, em acumulação com o exercício do cargo de coordenadora do Gabinete de Relações Internacionais.

A nomeada tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da síntese curricular publicada em anexo.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Fevereiro.

Assinado em 22 de Janeiro de 2010. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

Síntese Curricular

Nome: Ana Isabel Oliveira de Freitas Lourenço Martins

Data de Nascimento: 26 de Junho de 1973

Nacionalidade: Portuguesa

Habilitações académicas: Licenciatura em Psicologia Social e das Organizações (Instituto Superior de Psicologia Aplicada)

Percurso Profissional:

Iniciou a sua actividade profissional em 1998 no Ministério do Trabalho e da Solidariedade, (Gabinete de Apoio Técnico do Serviço Sub-Regional de Sintra-CRSSLVT e Núcleo de Planeamento e Estatística do Centro Distrital de Lisboa) tendo transitado, em 2004, para o Ministério da Administração Interna, para o então Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil.

Entre 2004 e 2007 desempenhou funções de assessoria técnica no Comando Nacional de Operações de Socorro da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), nomeadamente na área da vigilância e alerta, no que respeita à análise de indicadores para apoio à decisão operacional e na área organizacional, através do acompanhamento do projecto “Protecção Civil Digital” e implementação do Sistema de Avaliação de Desempenho (SIADAP).

Entre 2006 e 2008 integrou a Equipa de Missão para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (área da Protecção Civil), com responsabilidades na condução de *dossiers* de política comunitária, em especial ao nível da revisão do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil, da implementação de sistemas de alerta precoce, da revisão das Directrizes de Oslo e do financiamento do transporte em situações de emergência no quadro do Instrumento Financeiro de Protecção Civil.

Desde Novembro de 2009 desempenha as funções de coordenadora do Gabinete Relações Internacionais da ANPC, com responsabilidades na gestão de processos relacionados com acordos de cooperação bilaterais/multilaterais e no acompanhamento de projectos e assuntos comunitários. É delegada nacional ao Grupo de Trabalho de Protecção Civil do Conselho da União Europeia.

Cumulativamente, presta apoio técnico na área organizacional, através da produção de instrumentos de apoio de natureza diversa, destacando-se a participação na elaboração dos Planos e Relatórios de Actividades (2007, 2008, 2009), do Relatório do Curso Monográfico do Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses (2009), e na revisão da 2.ª edição da Compilação Legislativa Bombeiros (2009). Integrou ainda a equipa de auto-avaliação (EAA) da ANPC (SIADAP 1) 2009.

Outras informações:

Obteve 1 Louvor no quadro do trabalho técnico desenvolvido nas áreas das Relações Internacionais, Planeamento e Organização (2009), e 1 Louvor colectivo no quadro dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Presidência Portuguesa da UE (2008), ambos atribuídos pelo Presidente da ANPC.

Ao nível de trabalhos publicados, destacam-se: Caderno Técnico n.º 10 “Organizações, Sistemas e Instrumentos Internacionais de Protecção Civil”, ANPC (2009, co-autora); “Bombeiros — Compilação Legislativa” (2.ª edição, revista e aumentada), ANPC, 2009; “A Presidência Portuguesa da União Europeia e o Desenvolvimento de Sistemas de Alerta Precoce” Revista Territorium (2008, co-autora); “Presidência Portuguesa UE 2007 — Protecção Civil — Relatório final da Equipa de Missão” ANPC, (2008, co-autora); Manual de Procedimentos “Activação do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil e Presidência Portuguesa do Conselho da UE”, ANPC, 2007.

202859652

Despacho (extracto) n.º 2409/2010

Considerando a necessidade de assegurar o normal funcionamento da unidade orgânica prevista no artigo 10.º do Despacho do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil n.º 9390/2007, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 100, 2.ª série, de 24 de Maio, independentemente dos procedimentos concursais em curso, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, nomeio em comissão de serviço, em regime de substituição, para desempenhar as funções de Chefe do Núcleo de Infra-estruturas e Equipamentos, da Direcção Nacional de Bombeiros, o licenciado Roberto Reynolds Valadares.

O nomeado tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da síntese curricular publicada em anexo.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Fevereiro.

Assinado em 25 de Janeiro de 2010. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

Síntese Curricular

Nome: Roberto Reynolds Valadares
Data de Nascimento: 23.08.1969

2 — Habilitações Académicas e Profissionais

1992-1997 — Licenciado em Engenharia do Território. Instituto Superior Técnico.

1997-2000 — Pós-graduado em Hidráulica e Recursos Hídricos. Instituto Superior Técnico.

2001-2002 — Pós-graduado em Segurança Higiene e Saúde no Trabalho. Instituto Superior Técnico.

2006 — Curso de Alta Direcção em Administração Pública (CADAP), Instituto Nacional da Administração.

2008-2010 — Frequência do Curso de Mestrado de Segurança aos Incêndios Urbanos da Universidade de Coimbra.

3 — Actividade Profissional:

Desde Janeiro de 2006 — Técnico Superior da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, Ministério da Cultura.

Análise de projectos de arquitectura e segurança contra incêndio. Realização de vistorias a recintos de espectáculos de natureza artística.

Dez. 2001 a Dez. 2005 — Técnico Superior da Divisão de Equipamentos, Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal da Amadora

Fiscalização de empreitadas de obras públicas, elaboração de cadernos de encargos, controlo financeiros de obras públicas

Júri de concursos de empreitadas de obras públicas e fornecimento de bens e serviços.

Coordenação de segurança e saúde em estaleiros temporários ou móveis.

Fev. 1998 a Dez. 2001 — Técnico da Equipa de Projecto do Plano Nacional da Água, Instituto da Água, Ministério do Ambiente.

Elaboração do Plano Nacional da Água — Recursos Hídricos de Superfície.

Apoio às Equipas dos Planos de Bacia Hidrográfica.

Apoio técnico no âmbito da Convenção Luso Espanhola

4 — Outras Actividades

Formador certificado na área da Segurança no Trabalho no âmbito do Curso de Técnico Superior de Segurança Higiene e Saúde no Trabalho.

202859993

Governo Civil de Beja

Listagem n.º 19/2010

Listagem de subsídios atribuídos pelo Governo Civil de Beja no 2.º semestre de 2009, conforme estabelecido na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto.

Novembro/2009

Data do Despacho	Beneficiário	Montante (euros)
2009.11.04	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moura	9.625,68
	<i>Total</i>	9.625,68

Dezembro/2009

Data do Despacho	Beneficiário	Montante (euros)
2009.12.03	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Barrancos	850,00
	<i>Total</i>	850,00

26 de Janeiro de 2010. — O Governador Civil, *Manuel Soares Monge*.

202861693

Governo Civil de Portalegre

Despacho n.º 2410/2010

1 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro — Código do Procedimento Administrativo, e ao abrigo do n.º 4 do ponto 3.º da Portaria n.º 948/2001, de 03 de Agosto, delego na chefe do meu Gabinete de Apoio Pessoal, licenciada Cecília de Jesus Neves Casado Videira de Oliveira, a minha competência para:

Praticar actos que se integrem nas matérias previstas nos artigos 4.º a 4.º-F do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 02 de Agosto;

Apreciar e despachar o expediente relativo às matérias objecto do Protocolo celebrado com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

2 — Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados os actos entretanto praticados, quanto às matérias objecto da presente delegação.

Portalegre, 2010.01.27. — O Governador Civil, *Jaime Estorninho*.

202862981